

Proposta nova regra para desapropriar

Desapropriações que não tiverem os respectivos recursos previstos no orçamento do governo serão consideradas nulas. A nova regra está contida em projeto apresentado pelo senador Romeu Tuma (SP) com o objetivo de evitar que sejam gerados compromissos financeiros que ultrapassem o mandato da autoridade responsável pela decisão. O projeto altera a lei que trata das desapropriações por utilidade pública. **Pág. 3**

Em debate,
a reforma no
segundo turno

Página 3



Censura a projeto americano

O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs e a Comissão de Relações Exteriores aprovou um voto de censura ao chamado Projeto Helms/Burton, em tramitação no Congresso norte-americano. Freire disse que a proposta americana, se aprovada, pode causar repercussões negativas nas relações cubanas com os demais membros da comunidade internacional.

Página 2

Coutinho vai mudar MP da desindexação

Relator revela pontos das alterações para preservar salários e garantir o ajuste da tabela de retenção de imposto de renda na fonte

O relator da medida provisória da desindexação, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), anunciou ontem que vai propor modificação da MP, para incluir todos os pontos que vinha defendendo antes da reedição. O senador vai estabelecer proteção para os salários, garantir a representatividade dos sindicatos através da supressão de dois dispositivos do artigo 17 da MP e modificar a Ufir para evitar corrosão dos salários.

Coutinho Jorge apresentará à Comissão Mista seu relatório sobre a medida provisória no dia 14. Ele vai estabelecer INPC integral para quem ganha até três salários mínimos, a partir de julho, além do IPC-r. Quem recebe salários acima de três mínimos teria direito a 80% do INPC de julho até a data-base. Para evitar as perdas das categorias profissionais que terão data-base a partir de janeiro do próximo ano, o senador também vai estabelecer a antecipação do pagamento do IPC-r.

Assim, quem tem data-base em janeiro e fevereiro receberá o IPC-r acumulado até julho último em outubro próximo. Para quem tem data-base em março e abril, antecipação do pagamento do IPC-r para novembro; e para os que têm data-base em maio e junho, IPC-r antecipado para dezembro próximo. O relator quer incluir também na medida provisória a correção na tabela do imposto de renda descontado na fonte.



Coutinho anuncia emendas para evitar a corrosão dos salários

Malan e Paiva vêm debater proposta

Os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Paulo Paiva, do Trabalho, deverão comparecer na próxima quinta-feira, dia 10, ao Congresso Nacional, para debater com os membros da Comissão Mista a medida provisória sobre a desindexação da economia.

Antes, na terça-feira, dia 8, estarão discutindo a matéria os presidentes das centrais sindicais - Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, da CUT, Antônio Francisco, da CGT, e Luís Antônio Medeiros, da Força Sindical. Está prevista uma reunião de debates com empresários, no dia 9, mas ainda não foram definidos os nomes.

Reunida na manhã de ontem, a comissão aprovou o parecer pela admissibilidade da matéria, apresentado pelo relator, senador Coutinho Jorge

(PMDB-PA). Com prazo para apreciar a medida provisória até o dia 14, deputados e senadores que integram a Comissão Mista manifestaram a disposição de não permitir que a MP vá à apreciação do plenário do Congresso sem a manifestação formal da comissão, ou seja, o parecer sobre a constitucionalidade e o mérito. Apelo nesse sentido foi feito pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acentuando a importância das questões econômicas e sociais contidas na MP em exame.

Em sua apreciação preliminar, antes da apresentação do relatório de admissibilidade da matéria, o senador Coutinho Jorge relatou todos os contatos mantidos durante o recesso parlamentar em torno das questões levantadas pela MP.

Comissão aprova censura a projeto norte-americano

Roberto Freire diz que Projeto Helms/Burton, em tramitação no Congresso norte-americano, implicará graves represálias a Cuba

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou na manhã de ontem requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE) solicitando voto de censura ao chamado Projeto Helms/Burton, em tramitação no

Congresso norte-americano. O requerimento será agora submetido à apreciação do plenário do Senado.

Relatado pelo senador Romeu Tuma (SP), o requerimento considera que a lei norte-americana, se aprovada, implicará graves represálias a Cuba e terá repercus-



Presidida por ACM (E), Comissão aprovou tratados

sões negativas nas relações cubanas com os demais membros da comunidade internacional. Em seu parecer, Romeu Tuma direcionou o voto à mesma posição adotada pelo governo brasileiro e seus parceiros do Grupo do Rio, "que consagra inequívoco repúdio das nações americanas à proposição

no Direito Internacional Privado (La Paz, 1984); Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, entre Brasil e República Tcheca (Brasília, 1994) e o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional - Protocolo de Ouro Preto, de 1994.

Helms/Burton".

Na mesma reunião, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a CRE aprovou ainda os textos de três acordos internacionais: **C** **o** **n** **v** **e** **n** **ç** **ã** **o** Interamericana sobre Personalidade e Capacidade de Pessoas Jurídicas

Registro de presença será mais rigoroso

O projeto de alteração do regimento interno do Senado para garantir uma verificação mais rigorosa da presença dos parlamentares será votado na sessão da próxima terça-feira (dia 8). A principal modificação proposta estabelece que será considerado ausente o senador que, mesmo tendo assinado a lista de presença, deixar de comparecer às votações. A única exceção prevista na nova regra é no caso de obstrução declarada por líder partidário ou de bloco parlamentar.

O projeto foi apresentado pela Mesa do Senado, em sessão extraordinária realizada no início da noite de ontem. O presidente do Senado, José Sarney, destacou que o objetivo das mudanças é evitar interpretações injustas que possam provocar desgastes infundados à atividade parlamentar. Ele assegurou que a proposta, além de garantir o mesmo ritmo dos trabalhos, é ainda mais rigorosa na verificação de presença dos parlamentares.

Outra alteração dispõe que, além de ordinárias, extraordinárias e especiais, as sessões do Senado poderão também ser de debates, desde que convocadas com essa finalidade pelo presidente. Os casos de licença - por motivos de saúde e para tratar de assuntos de interesse pessoal - passarão a ser decididos pela Mesa.

Senado reduz diárias de senadores

Reunida ontem de manhã no gabinete da presidência, a Mesa Diretora do Senado decidiu reduzir de US\$ 416,00 para US\$ 350,00 a

diária a que os senadores têm direito quando integram missão parlamentar em visita a outros países. A redução equipara as diárias

dos senadores às dos deputados, uma vez que a Câmara Federal já havia adotado iniciativa semelhante há dois meses.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado Federal.
12h15 - Recebe o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo.
12h30 - Recebe o Presidente do Grupo Ultra, Paulo Cunha.

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado
Pauta: Propostas de Emendas à Constituição nºs 29/95, que abre às empresas privadas a exploração de gás canalizado; 32/95, que dispõe sobre empresa nacional; e 33/95, que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira - segunda sessão ordinária de discussão, em segundo turno.

COMISSÕES

Atividades das comissões na próxima semana
Terça-feira (08.08.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados (reunião conjunta)
Pauta: Exposição dos Ministros do Planejamento, José Serra, e das Minas e Energia, Raimundo Brito, sobre a Privatização do Sistema Eletrobrás. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.
Quinta-feira (10.08.95)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Exposição dos ministros das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, sobre propriedade industrial. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Projeto de Tuma altera desapropriações

Um dos objetivos da medida é evitar que sejam gerados compromissos financeiros que ultrapassem o mandato das autoridades responsáveis pelos atos



Marina Silva

Marina apóia multas por dano ambiental

A senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou ontem a operação deflagrada pelo Ibama para cobrar multas devidas por empresas que degradaram de alguma forma o meio ambiente. As multas são provenientes de 150 mil processos acumulados nos últimos seis anos e chegam a um montante de R\$ 400 milhões.

A intenção do presidente do Ibama de utilizar 60% dos recursos arrecadados com a cobrança dessas multas no melhoramento do aparato de fiscalização foi elogiada pela senadora do Acre.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também apoiou a ação do Ibama e lembrou que a parte mais sensível dessas grandes empresas é a financeira. "A decisão do Ibama é de capital importância", disse o senador.

Marina Silva conclamou os parlamentares a realizar uma união de esforços para que essa operação iniciada pelo Ibama tenha todo o apoio necessário para seu prosseguimento.

A senadora sugeriu que se estabeleça uma espécie de certidão negativa expedida pelo Ibama para que empresas possam obter licença para o desmate e retirada de madeira.

Todas as desapropriações feitas pelo poder público precisarão contar com uma reserva de fundos que garanta seu pagamento no justo valor do bem. As desapropriações que não tiverem os respectivos recursos para pagamento previstos no orçamento do governo serão consideradas nulas.

Essa determinação está contida em projeto apresentado pelo senador Romeu Tuma (SP). Um dos objetivos da medida é evitar que sejam gerados compromissos financeiros que ultrapassem o mandato das autoridades responsáveis pela decisão.



Romeu Tuma

O projeto de Romeu Tuma altera a redação dos artigos 6º, 9º e 20º do decreto-lei 3.365, de 21.06.41, que trata das desapropriações por utilidade pública ou interesse social.

O novo texto garante ao expropriado amplo direito de contestar judicialmente o decisão do governo federal, estadual ou municipal que determinou a expropriação, inclusive no que se refere à validade da declaração de utilidade pública ou interesse social.

A iniciativa atende a um pedido apresentado pela Câmara Municipal de Bragança Paulista. Segundo Romeu Tuma, os vereadores levantaram uma questão que interessa a todos os brasileiros, que, a qualquer momento, podem ter seus bens expropriados por alguma razão.

Suplicy destaca programa de renda mínima do Alasca

Um programa de distribuição de dividendos adotado no Alasca entre a população de baixa renda foi elogiado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor de projeto de renda mínima já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Os recursos distribuídos naquele estado norte-americano entre os cidadãos de baixa renda, conforme assinalou, são provenientes de royalties resultantes da exploração de petróleo.

APROVAÇÃO

Suplicy visitou recentemente o Alasca e constatou que a população local aprova e tem confiança no projeto. "É um projeto transparente, administrado por apenas 27 pessoas", salientou.

O governo do Alasca desti-



Eduardo Suplicy

na às famílias mais pobres e mais numerosas cerca de US\$ 1.000 por filhos menores até 18 anos anualmente, além de complementar sua renda, caso essa

atinja o nível de pobreza admitido pelas autoridades.

PROGRAMAS

O senador destacou que os Estados Unidos têm executado vários programas de complementação de renda, como renda negativa, crédito fiscal e cupom alimentação.

- O Brasil é o único país do mundo em que 10% das pessoas mais ricas detêm 50% da renda nacional - protestou, para ressaltar, no entanto, que já estão sendo postos em prática programas de distribuição de renda em Campinas, Brasília e, agora, em Salvador, pela prefeita Lídice da Mata.

Começa debate da reforma em 2º turno

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP), Júnia Marise (PDT-MG) e Ademir Andrade (PSB-PA) participaram ontem da primeira sessão de discussão das três propostas de emenda constitucional que serão votadas em segundo turno na terça-feira, dia 8. São elas a do gás canalizado, da cabotagem e do conceito de empresa brasileira.

Todos criticaram as propostas e a própria linha imposta ao governo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente José Sarney (PMDB-AP), atendendo aos senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), vai devolver às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que revoga 57 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, para adequá-la à Constituição de 1988.

Contribuição poderá não ir para saúde, adverte Benedita

Taxa com objetivo e tempo de duração definidos corre risco de virar permanente e financiar outros setores, denuncia senadora

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou-se contra a proposta de criação de uma contribuição financeira nos moldes do IPMF, destinada à saúde pública no país, com o argumento de que "a maioria da população brasileira não tem condições de arcar com o pagamento de mais tributos".

- O que me traz grande preocupação é que a proposta inicial-verba arrecadada para a saúde



Benedita da Silva

com tempo e objetivos definidos - começa a ser colocada como uma taxa permanente, sujeita a ser aplicada em outras políticas, sem garantia do compromisso para com a recuperação do sistema de saúde brasileiro, motivo único, segundo consta, pelo qual a idéia foi retomada - acrescentou.

Benedita da Silva advertiu que

se a "corrupção desenfreada" que estaria infestando a saúde brasileira não for extirpada ou controlada, "a partir de uma proposta corajosa e transformadora", o esforço do ministro Adib Jatene para obter mais recursos para sua pasta corre o risco de ser caracterizado como mais uma tentativa de se "tapar o sol com a peneira".

Segundo a senadora, a situação em que vivem milhões de brasileiros, "marginalizados, alijados do processo social", caracteriza-se como enorme e terrível epidemia nacional.



Lúcio Alcântara

Alcântara pede apoio para a produção do caju

A revisão dos preços pagos aos produtores de caju e a imediata recuperação dos plantios foram defendidas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao manifestar suas apreensões com a difícil situação por que está passando o setor. Segundo ele, a produção nacional de caju garante renda para aproximadamente 300 mil pessoas e gera para o país divisas de 110 milhões de dólares anuais.

O senador cearense também sugeriu a introdução de novas tecnologias para melhorar a qualidade dos subprodutos do caju, bem como a busca de novos mercados e a disseminação de unidades fabris de pequeno porte, como forma de reverter a tendência de retração no comércio brasileiro desse produto.

Lúcio Alcântara sugeriu ainda a criação de cooperativas para proteger o pequeno produtor. Alertou que se não forem adotadas medidas em defesa da produção do caju, o êxodo rural será agravado pela queda do emprego no campo.

Privatização da Vale gera protesto

O líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), disse ontem que o presidente da República tem sido insensível aos apelos dos parlamentares da bancada amazônica, contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Ademir Andrade lembrou que na Amazônia está concentrada a maioria das atividades da Vale, responsável pela administração de 1,2 milhão de hectares de áreas de mineração somente no Pará. A seu ver, o governo tem usado como estratégia ignorar as críticas dos parlamentares da região.

Cafeteira quer que governo pague o que deve ao BB

O governo precisa pagar o que deve ao Banco do Brasil. Essa foi a solução defendida ontem pelo senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA), como alternativa ao programa de demissões voluntárias, para realizar o saneamento financeiro do banco.

O senador sugeriu que o governo adote, com relação

ao BB, as restrições que são impostas pelo Banco Central aos bancos estaduais, que não podem emprestar dinheiro ao acionista controlador.

Em apartes, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) criticaram o processo de demissões no BB.

Situação na Petrobrás preocupa

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) denunciou ontem que 328 servidores readmitidos pela Petrobrás, por força de liminar, estão recebendo seus salários sem trabalhar, pelo fato de a empresa não concordar com a decisão judicial.

Segundo o senador, os funcionários se dispõem a trabalhar até em outros estados, mas a posição da estatal é de intransigência. Além de ter mandado os servidores para casa, a empresa retirou os seus cartões de ponto, disse o parlamentar.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edison de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.